

Sistema familiar de produção: algumas questões para o debate*

Lauro Mattei¹

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

O objetivo deste estudo² é discutir os principais aspectos envolvidos no debate sobre o sistema familiar de produção, realçando as questões mais recentes sobre essa temática, além de enfatizar alguns pontos problemáticos relacionados à definição de agricultura familiar.

Palavras-chave: Sistema familiar de produção; agricultura familiar.

Abstract

The purpose of this paper is to stand out main aspects of family production system, highlighting most recently questions about this theme. Furthermore, some problematic aspects related to the concept of family farm are emphasized.

Keywords: Family production system; family farm.

* The family-based production system: Some contributions to the debate

¹ Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da UFSC. Endereço para correspondências: Rua Lauro Linhares, 1288, bl. 03, apto 502, bairro Trindade, Florianópolis, SC, CEP 88036-002 (mattei@cse.ufsc.br).

² Versão modificada do trabalho *Produção Familiar: velhas e novas questões*, apresentado no 4º Encontro Brasileiro de Economia Política, em Porto Alegre (RS), 1999. O autor agradece os comentários e as sugestões de dois pareceristas anônimos.

Introdução

O debate acadêmico sobre o sistema de produção familiar está longe de seu final e, justamente por isso, cada vez mais atraente. Para um determinado grupo de autores, esse sistema familiar é o núcleo dinâmico do processo produtivo agropecuário brasileiro, necessitando, portanto, de apoio por parte das políticas públicas. Nesse caso, é a agricultura familiar que deve ocupar lugar destacado nos rumos do desenvolvimento rural e do próprio desenvolvimento do país, tanto em termos da promoção do uso equilibrado dos recursos naturais como em termos da produção alimentar.

Para outro grupo de autores, a agricultura familiar, apesar de ainda manter certa relevância, vem perdendo dinamismo quando confrontada com os dados do conjunto das atividades produtivas do sistema agroalimentar, porque, em decorrência das transformações estruturais do sistema capitalista que impactaram a agricultura, houve um desmonte das unidades familiares de produção e isso fez com que aspectos analíticos mais importantes – dinâmica do trabalho e geração de renda – ultrapassassem os limites restritos das unidades produtivas agrícolas.

De modo geral, essa polêmica originou-se com os autores clássicos do capitalismo agrário e perpassou todas as formulações teóricas sobre o tema da produção familiar no século XX. Em grande medida, pode-se dizer que esse debate assenta-se em três perspectivas teóricas distintas: a Marxista (e sua derivada Leninista), a Kautskyana e a Chayanoviana.

A partir disso, o objetivo deste trabalho é dialogar com o primeiro grupo de autores, na tentativa de aprofundar o horizonte teórico do debate sobre a produção familiar. Nesse sentido, além desta seção introdutória, fazem parte do estudo mais três seções. A segunda seção resgata os principais aspectos do debate teórico sobre a persistência da produção familiar, com destaque para as questões mais recentes que procuram estabelecer novos parâmetros para a discussão do tema. A terceira seção apresenta alguns aspectos conceituais relacionados ao tema agricultura familiar, procurando demonstrar as principais restrições que esse conceito assume ao tentar representar universalmente o sistema da produção familiar. Finalmente, a quarta seção expõe as conclusões do estudo.

O problema da persistência da produção familiar

Usando o conceito de classe marxista e tentando adaptá-lo ao contexto da moderna agricultura capitalista, Friedland e Pugliese (1991) oferecem uma explicação teórica para a persistência da produção familiar. Inicialmente, eles reconhecem a dificuldade de se lidar com a categoria que se localiza entre a burguesia de base agrícola e o proletariado, uma vez que nem os produtores familiares e nem os camponeses tradicionais constituem uma classe social, mas proporcionam as estruturas básicas para a formação dessa categoria social, que tem como característica determinante seu alto grau de diferenciação.

Partindo do fato de que, para algumas correntes, ainda persistem formas não-capitalistas na agricultura, os autores entendem que é necessário responder a uma questão básica: O que explica a persistência do sistema de produção familiar e dos próprios produtores familiares? A resposta para essa pergunta não é simples devido ao duplo caráter desse segmento, pois algumas vezes ele pode trabalhar por conta própria e em outras ser assalariado. A razão da persistência é que os vários segmentos que constituem a produção familiar em uma determinada sociedade têm diferentes papéis econômicos e sociais. Além disso, é necessário considerar, além das condições econômicas e sociais, os processos políticos e as políticas do mercado de trabalho, uma vez que a expansão e a reprodução do capital requer também uma expansão da classe trabalhadora. Nesse sentido, os autores reafirmam o processo de diferenciação social ainda existente na agricultura depois de mais de dois séculos de desenvolvimento do capitalismo agrário, o qual aprofunda o caráter capitalista entre os agricultores e faz com que uma pequena parte deles ascenda socialmente, ao mesmo tempo em que a maioria das famílias agrícolas permanece marginalizada das esferas de produção e de consumo.

Desse modo, os autores entendem que se torna complicado, nas análises sobre classes sociais na agricultura, considerar a família uma unidade demográfica. No passado, a persistência de formas não-capitalistas na agricultura significava a persistência da produção agrícola familiar. Hoje, o processo de decomposição de classes afeta diretamente as famílias que trabalham na agricultura, aumentando as dificuldades para definir a condição de classe, tanto em termos das unidades familiares quanto em termos dos membros individuais. Nesse caso, há diferenças importantes entre

aquelas unidades familiares que persistem porque são viáveis, aquelas que vivem em estado de pobreza por falta de alternativas no mercado de trabalho e aquelas que persistem por razões de qualidade de vida, uma vez que as fontes básicas de renda não provêm mais da agricultura.

Nesse sentido, os autores supracitados concluem que há uma tendência diferente em relação ao passado, uma vez que, naquele período, as crises e o empobrecimento conduziam ao desaparecimento das unidades familiares de produção. Atualmente, parte dessas unidades persiste em função dos baixos investimentos que executam, das rendas não-agrícolas obtidas por parte dos membros da família e das transferências de recursos públicos e privados.

Esse debate também foi enfrentado por outros autores. Dentre eles, destaca-se Harriet Friedmann³, devido à grande polêmica causada pelas suas teses. Partindo do princípio de que o conceito de “modo de produção”⁴ tem apresentado uma base analítica limitada, Friedmann (1980) argumenta que o conceito central para analisar as relações sociais agrárias deve se situar na “forma de produção”⁵, a qual é concebida por meio da dupla especificação da unidade de produção e da formação social, no tocante às unidades mínimas da organização produtiva. Assim, cada forma de produção é caracterizada por relações sociais específicas e também por cadeias técnicas específicas.

Com isso, a autora afirma que a análise da persistência ou do desaparecimento de diferentes formas de produção é facilitada pelo conceito de reprodução e de transformação. A reprodução refere-se à renovação de um circuito de produção por outro, com elementos técnicos e sociais e com uma quantidade de relações entre ambos. Já a transformação refere-se à recombinação de alguns elementos velhos de produção que resultam em novas relações. Esses dois conceitos focalizam os aspectos dinâmicos da organização produtiva e requerem, em todos os casos, a criação e a distribuição do produto social de tal modo que:

³ Especificamente em relação à persistência da produção familiar, dois trabalhos são centrais: *Household Production and the National Economy: Concepts for the Analysis of Agrarian Formations* (1980) e *World Market, State, and Family Farm: Social Bases of Household Production in the Era of Wage Labor* (1976).

⁴ O conceito de modo de produção caracteriza historicamente as instituições específicas que estão envolvidas nos aspectos econômicos, políticos e ideológicos das organizações sociais.

⁵ O conceito de forma de produção refere-se às unidades atuais das organizações produtivas (empresas capitalistas etc.). Cada forma de produção é caracterizada por relações sociais específicas e por cadeias técnicas específicas, sendo que cada uma dessas formas precisa ter uma relação particular no âmbito geral das relações sociais.

- a) Os produtores diretos tenham artigos suficientes para consumir e para participar de um novo *round* de produção (consumo pessoal);
- b) As ferramentas, os animais, as máquinas e os insumos sejam mantidos ou substituídos no novo *round* de produção (consumo produtivo);
- c) No caso de alguém, além dos trabalhadores, organizar a produção, a reprodução também requer a presença deles no meio produtivo (oferta de trabalhadores).

Dessa maneira, quando uma forma particular de reprodução é decomposta, isso ocorre porque uma quantidade suficiente de bases técnica e social foi destruída.

A partir daí, Friedmann esclarece as condições para a reprodução capitalista e também para as formas simples de produção de mercadorias. A reprodução capitalista depende da existência do mercado de trabalho e da maneira como os salários são determinados. A condição básica para a reprodução capitalista é a contínua recriação dos compradores da força de trabalho, por um lado, e a existência de vendedores, por outro.

Já na produção simples de mercadorias, os proprietários da empresa e da força de trabalho combinam-se. Como resultado, há somente uma classe diretamente envolvida na produção. É a família quem compra os meios de produção e coloca-os em movimento com o seu trabalho. Nesse caso, a condição básica para a existência da produção simples de mercadorias é a continuidade da recriação integral das famílias como unidade produtiva e de consumo pessoal.

Diversas foram as reações críticas a essas propostas, merecendo destaque as que seguem. Goodmann e Redclift (1985)⁶ criticam as teses acima citadas, dizendo que essas formulações tentam conceituar a produção simples de mercadorias como uma categoria teórica e empírica separada. Para eles, Friedmann distingue-se dos demais autores marxistas, principalmente, porque seu trabalho diz respeito às economias capitalistas desenvolvidas e também porque ela usa a América do Norte como estudo de caso, local onde não houve produção camponesa sob condições de escassez de terra, segundo a história.

⁶ Para um acompanhamento mais detalhado desse debate, ver o artigo dos autores denominado *Capitalism, Petty Commodity Production and the Farm Enterprise*, publicado na revista *Sociologia Ruralis* de 1985, v. XXV-3/4. Além disso, sugere-se a leitura da resposta de Friedmann, denominada *Patriarchy and Property: a reply to Goodman & Redclift*, publicada na mesma revista, no ano de 1986, v. XXVI-2.

Para os autores, a dependência lógica da produção simples de mercadorias, que configura uma forma e não um modo de produção, não significa inabilidade geral de assegurar as próprias condições de existência, mas é uma exigência de condições específicas de existência proporcionada exclusivamente pelo modo de produção capitalista e essa afirmação representa uma contradição terminológica nas definições de produção simples de mercadorias, a qual está relacionada a três temas básicos: o trabalho assalariado, a natureza da produção e as relações de classe.

Como Friedmann parte do pressuposto de que a produção simples de mercadorias não tem relação de classe, então, o trabalho assalariado livre tem uma função meramente auxiliar no processo de trabalho das unidades familiares. Para Goodman e Redclift, essa correspondência somente se sustenta por um determinado período do ciclo demográfico familiar, quando há disponibilidade de trabalho. Nos períodos subsequentes, o trabalho assalariado torna-se uma exigência estrutural para a reprodução das propriedades, o que acaba realçando o tema das relações de classe no âmbito desse sistema de produção.

Partindo de um enfoque distinto dos anteriores, Mann e Dickinson (1978)⁷ procuraram demonstrar algumas das razões para a persistência do trabalho familiar em determinados setores agrícolas das sociedades capitalistas avançadas. Assim, buscou-se explicar por que, nesses países, os pesquisadores ainda confrontavam-se com o problema da persistência e co-existência da pequena produção familiar ao lado de modos de produção capitalistas dominantes.

A tese básica dos autores é que existem setores da economia agrária em que há uma baixa identidade entre o tempo de trabalho e o tempo de produção (combinação de períodos em que há aplicação de trabalho com períodos que ficam sob a influência dos processos naturais). Assim, a não-identidade entre esses dois tempos de trabalho provoca efeitos adversos sobre as taxas de lucro, sobre o uso eficiente do capital constante e do capital variável, bem como sobre o funcionamento normal do processo de acumulação e realização do capital.

⁷ Em 1978, com o trabalho *Obstáculos para o Desenvolvimento do Capitalismo na Agricultura*, os autores procuraram explicar a persistência da produção por meio da tese da diferença entre o tempo de trabalho e tempo de produção. Posteriormente, Mann (1990) retomou e aperfeiçoou essa questão no seu trabalho clássico *Agrarian Capitalism in Theory and Practice*.

Desses fatos derivam os obstáculos à penetração do capitalismo na agricultura, tendo em vista que, naquelas esferas de produção caracterizadas por essa baixa identidade, observa-se menor atratividade por parte do capital em larga escala (produção capitalista). A explicação disso é que o trabalho familiar prevalece nos ramos de produção em que o tempo de rotação do capital é muito grande, com geração de taxas de lucro menores.

Essa formulação teórica recebeu diversas críticas. Neste estudo, entende-se que não há estatuto teórico que sustente a explicação para a existência do trabalho familiar a partir da diferenciação entre tempo de trabalho e tempo de produção. Por um lado, o desenvolvimento tecnológico, principalmente da engenharia genética e da biotecnologia, coloca em xeque o argumento da diferenciação, ao controlar ou reduzir sistematicamente os efeitos do processo natural de produção. Por outro, a agricultura em tempo parcial permite uma ocupação do agricultor em outras atividades durante os *gaps* do processo produtivo agrícola.

Nos últimos períodos, surgiram diversas explicações alternativas sobre a persistência da produção familiar no âmbito do desenvolvimento do capitalismo agrário. Ressalta-se que, em sua maioria, essas “novas definições” procuram fugir do dualismo clássico, ao apresentar novos elementos analíticos. Dentre eles, vêm se destacando os temas da pluriatividade, da agricultura em tempo parcial e da multifuncionalidade agrícola.

Seguindo essa lógica e analisando o caso italiano, Saraceno (1994) apresentou uma nova visão sobre a função “moderna” da produção familiar. Partindo do princípio de que a persistência da produção familiar não necessariamente implica a continuidade de sua função original de subsistência, é necessário compreender esse sistema de produção no âmbito de suas relações com os outros segmentos sociais e econômicos, ressaltando-se o papel das cadeias produtivas agroalimentares. Nesse sentido, a autora diz que o mais importante é identificar o papel e a dinâmica do sistema familiar, bem como a sua diferenciação em vários contextos espaciais, realçando o seu potencial futuro para as sociedades rurais.

Para tanto, destacam-se dois fatores decisivos na nova fase do sistema de produção familiar. Por um lado, as políticas do pós-guerra tiveram um papel determinante ao assegurar condições favoráveis à administração dessas unidades de produção. Isso resultou em maior homogeneização da estrutura social dos agricultores, principalmente daqueles de origem camponesa.

Em contrapartida, o padrão de industrialização difusa permitiu aos agricultores a manutenção de suas propriedades, mesmo elas tendo, em muitos casos, apenas o papel de residência. Em virtude da pluriatividade e do trabalho parcial, as unidades familiares aumentaram sua renda monetária global, o que ajudou a estabilizar as unidades de produção e determinou o fim das pressões sobre os agricultores, no sentido de vender as suas propriedades e migrar para as cidades.

Entretanto, o fato de as áreas rurais continuarem bastante povoadas não quer dizer que a agricultura continua a ser a mais importante das atividades econômicas. Por isso, a autora insiste que há outras questões que influem na manutenção das famílias nas áreas rurais, e que ultrapassam os limites da própria agricultura como principal atividade responsável pela dinâmica econômica.

O fato é que o processo de industrialização difusa alterou a dinâmica do trabalho no meio rural, ao diversificar o conjunto de atividades tradicionalmente desenvolvidas. Com isso, observa-se que os níveis de emprego nos setores industrial e de serviços aumentaram bem mais do que os do emprego agrícola, o que revela que esse processo de industrialização atraiu um grande número de pessoas antes ocupadas somente na agricultura. Atualmente, por meio da pluriatividade e do trabalho em tempo parcial dinamizam-se as atividades e garantem-se os níveis de ocupações rurais e a renda dos produtores familiares.

Do ponto de vista das famílias, a pluriatividade tem resolvido o problema da insuficiência de renda. É a pluriatividade que tem dado aos produtores familiares a possibilidade de permanecer estáveis, enquanto as propriedades não-pluriativas precisam expandir a área ou incrementar a sua produção para manter ou elevar os níveis de rentabilidade, condição objetiva para permanecer na atividade produtiva.

Visando a continuar como produtores familiares e ter renda suficiente, esses agricultores tornaram-se estruturalmente dependentes da pluriatividade e desse novo contexto rural, caracterizado por uma diversificação local do mercado de trabalho e das atividades econômicas. Além disso, os produtores familiares, no intuito de manter eficientes as atividades especificamente agrícolas, tornam-se, também, dependentes das condições econômicas externas propiciadas pela divisão do trabalho e pela sua integração às cadeias produtivas agroalimentares.

Dessa forma, Saraceno concluiu que a lógica tradicional do debate sobre a persistência da produção familiar, assentada na função básica de subsistência e no seu grau de eficiência, deu lugar a uma discussão mais ampla que contempla a integração da produção familiar às cadeias produtivas e às economias locais. Nesse caso, os temas pluriatividade e agricultura em tempo parcial aparecem como elementos decisivos na estabilidade do emprego e da renda das unidades familiares de produção, ao mesmo tempo em que estimulam a permanência das famílias nas áreas rurais.

Produção familiar x agricultura familiar: muito além da semântica

Nos últimos anos, consolidou-se, no Brasil, a expressão “agricultura familiar”, para representar o sistema de produção que articula os processos de trabalho de caráter familiar e que tinha várias denominações: agricultura camponesa, agricultura familiar de subsistência, pequena produção etc. Essa visão, mesmo procurando apresentar um significado novo, ainda permanece atrelada às idéias da igualdade entre o rural e o agrícola, uma vez que, conceitualmente, circunscreve e vincula esse sistema de produção apenas às atividades agrícolas.

O ponto de partida dessa nova perspectiva é o conceito de agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. No entanto, assim definida, essa categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais (WANDERLEY, 1996).

Outros autores também fizeram referência a essa questão. Larmarche (1993) afirma que as explorações agrícolas familiares não constituem um grupo social homogêneo e, portanto, a exploração familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda essa diversidade, uma vez que, em um mesmo lugar e em um mesmo modelo de funcionamento, as explorações dividem-se em diferentes classes sociais segundo suas condições objetivas de produção (superfície, grau de mecanização, nível técnico, capacidade financeira etc.). Nesse sentido, toda exploração familiar define-se, ao mesmo tempo, em um modelo de funcionamento e em uma classe social no interior desse modelo.

Dessa maneira, sua capacidade de reprodução deve ser analisada conjuntamente nesses dois níveis, ou seja, o funcionamento da exploração familiar deve ser compreendido dentro dessa dinâmica, sendo que cada tomada de decisão importante é resultante de duas forças: uma que representa o peso do passado e da tradição e a outra, a atração por um futuro materializado pelos projetos que ocorrerão no porvir.

No caso brasileiro, observa-se que as atuais definições de “agricultura familiar” procuram englobar os diferentes sistemas de produção que se multiplicaram a partir da desintegração do campesinato tradicional e que se expressavam em generalidades que vão desde a simples produção de subsistência até a agricultura familiar modernizada e integrada à dinâmica agroindustrial. Na verdade, a presença desse conjunto de agricultores com distintas inserções nos processos produtivos agrícolas é vista como uma ruptura com o passado, pois possibilitou a emergência de um “novo agricultor”, com características determinadas pela sua maior ou menor participação nas atividades econômicas e sociais. Foi a partir dessa diversidade que emergiram os conceitos atuais. Vejam-se alguns dos principais enfoques em debate.

Partindo do princípio de que a promoção da agricultura familiar como linha estratégica de desenvolvimento rural trará muitas vantagens para a sociedade brasileira, o Projeto FAO/INCRA (1994 e 1996)⁸ definiu os elementos centrais da agricultura familiar e elaborou uma tipologia desse sistema de produção para o conjunto dos estabelecimentos agropecuários do país. Nessa nova concepção, consideraram-se estabelecimentos familiares os que preenchem, simultaneamente, as seguintes condições:

- a) A direção dos trabalhos era exercida pelo produtor;
- b) Não realizaram despesas com serviços de empreitada;
- c) Não tinham empregado permanente e cujo número médio de empregados temporários era menor ou igual a quatro ou com um empregado permanente e número médio de empregados temporários menor ou igual a três;
- d) Tinham área total menor ou igual a 500 hectares para as regiões Sul e Sudeste e mil hectares para as demais regiões.

⁸ Projeto de Pesquisa Financiado pela FAO e que tem o INCRA como órgão coordenador. Para maiores detalhes, acessar <www.incra.gov.br>.

A partir desses critérios, chegou-se a conclusão que, dos 5.801.809 estabelecimentos existentes no Censo Agropecuário de 1985, 4.339.053 eram estabelecimentos familiares. Utilizando-se como parâmetro a Renda Monetária Bruta (RMB), estratificaram-se os estabelecimentos familiares e obteve-se a seguinte classificação: 2.168.000 foram considerados periféricos; 1.020.000 foram enquadrados como estabelecimentos em transição; e 1.150.000 foram classificados como consolidados. De posse dessa classificação geral, definiu-se que as políticas governamentais para a agricultura familiar deveriam contemplar o segmento dos estabelecimentos em transição, sendo que, para aqueles considerados periféricos, seriam necessários outros tipos de políticas públicas.

Após esse trabalho pioneiro, generalizou-se a construção de tipologias semelhantes em um grande número de estudos sobre agricultura familiar, porém muitos deles continham sérias imprecisões. Não é objetivo aqui tratar desse tipo de problema, mas sim discutir a questão de fundo que está implícita nessa nova denominação da produção familiar.

Nesse sentido, o primeiro aspecto a ser ressaltado é a RMB, que serviu de base para toda a estratificação da agricultura familiar. A metodologia adotada reforça a afirmação que se fez no início desse item, que esta “nova” visão não se dissocia do modelo anterior, uma vez que ainda considera o “agrícola” como elemento central e único, definidor do processo produtivo familiar. Esse aspecto pode ser abstraído do próprio relatório FAO/INCRA, que diz textualmente que “a renda monetária bruta foi obtida pela diferença entre as receitas e as despesas provenientes das atividades agropecuárias, excluídas as receitas relativas a serviços prestados a terceiros, exploração mineral e outras receitas” (1996, p.16).

Em outros termos, isso significa que essa denominação ou tipologia de agricultura familiar diz respeito apenas às atividades agrícolas que estão sendo desenvolvidas pelas unidades familiares de produção, ignorando-se por completo o papel de qualquer outro tipo de atividade que possa gerar ocupação e renda para importantes parcelas dos estabelecimentos agropecuários de caráter familiar, principalmente para aqueles considerados periféricos.

De certa forma, essa posição choca-se com a visão da “Escola Francesa”, considerada aqui como a responsável pela dotação de estatuto teórico à categoria da “Agricultura Familiar”. Para essa escola, novos grupos sociais formados por administradores, operários, empregados e aposentados aparecem na sociedade rural.

Com isso, assiste-se a um redimensionamento da estrutura social local e, conseqüentemente, a um sensível declínio da hegemonia agrícola nas sociedades rurais. Então, o lugar e o papel da exploração familiar não podem mais ser pensados sob o único ângulo das relações de produção agrícola (LAMARCHE, 1993).

Além disso, a noção de agricultura familiar repousa sobre a idéia de uma identidade entre família e exploração, ou seja, cultiva-se o ideário da igualdade entre unidade de produção e família. Todavia, com as mudanças ocorridas tanto na organização social familiar como nas condições que regem a integração da agricultura à economia global, essa identidade está sendo fortemente questionada, porque as famílias, ao se tornarem cada vez menos agrícolas, perdem suas especificidades, enquanto a agricultura vê sua característica familiar se dissolver, uma vez que ela não atrai mais os filhos dos agricultores, os quais se tornam operários, empregados, engenheiros, professores, funcionários públicos etc.

Em síntese, o desenvolvimento de atividades externas à exploração, sob formas e segundo modalidades diversas, diz respeito a uma proporção crescente da população rural. Com isso, tanto a identidade entre família e exploração quanto a exploração agrícola como *locus* exclusivo de atividades dos membros familiares estão em xeque. Nesse cenário, a pluriatividade assume um papel decisivo, ao oferecer um complemento de trabalho e de renda às unidades familiares de produção. Nesse caso, o seu caráter é diverso, podendo ser uma estratégia de reprodução social, de manutenção da exploração, ou então atuar como elemento de modernização e de desenvolvimento das próprias unidades de produção.

Do ponto de vista financeiro, Lamarche (1993) mostra que, graças às receitas externas, os sistemas de exploração intensivos detêm um certo poder de compra que não poderia ser obtido apenas no âmbito das relações de produção exclusivamente agrícolas. Enfim, os agricultores já estão tomando consciência de que a agricultura não ocupa mais o lugar privilegiado que deteve na sociedade em outras épocas.

Ao pensar a realidade, seria importante considerar o que a “Escola Francesa” propõe para o segmento familiar. Partindo do pressuposto de que se caminha em direção a uma “nova ruralidade”, em que a pluriatividade é um meio muito eficaz nessa transição, busca-se a afirmação de uma nova identidade social rural, em que as atividades exclusivamente agrícolas não são mais o elemento central.

O segundo aspecto diz respeito ao público-alvo preferencial das políticas setoriais. É amplamente reconhecido que a tipologia do estudo FAO/INCRA serviu de base para a formulação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A proposta original adotou como beneficiários prioritários os agricultores classificados como consolidados e na categoria “em transição”, segmento que, embora não consolidado, apresenta um potencial de viabilidade econômica muito grande. Já a categoria dos “periféricos” não foi enquadrada nos requisitos do programa, ficando à espera de outras ações específicas de políticas públicas.

Na verdade, esse novo programa governamental foi concebido para uma parcela de agricultores que supostamente estão mais qualificados para se tornar os “verdadeiros agricultores”, ou seja, aqueles que conseguem ocupar a mão-de-obra familiar e gerar rendas exclusivamente a partir das atividades agrícolas, excluindo-se aqueles segmentos que, por algum motivo⁹, acabam se envolvendo com atividades não-agrícolas como forma de complementar a renda.

De certo modo, essa opção do PRONAF pela tipologia desenvolvida pelo Projeto FAO/INCRA é um retorno à visão européia dos anos 1960 sobre os agricultores que exerciam atividades extra-agrícolas. Naquela época e naquele contexto, a pluriatividade era vista como uma atividade essencialmente negativa, sendo que os agricultores que a praticavam eram excluídos dos benefícios concedidos pela Política Agrícola Comum (PAC), implementada pela Comunidade Européia. Somente a partir das reformas na PAC, no final dos anos 1960 e início dos anos 1980, essa visão foi alterada e passou-se a dar o mesmo tratamento ao conjunto dos agricultores, independentemente de eles serem ou não pluriativos.

No caso brasileiro, segundo Carneiro (1997), a incapacidade da unidade familiar de se sustentar exclusivamente das atividades agrícolas é vista, por alguns segmentos, como evidência de impossibilidade desse tipo de produtor de assimilar as novas demandas e a própria lógica do mercado, além de não ter capacidade para incorporar as inovações tecnológicas. Por conseguinte, o seu enquadramento em uma categoria social periférica reforça e cristaliza a marginalização de grande contingente da população rural cuja sobrevivência dependerá das políticas sociais, sem que lhe seja concedida a oportunidade de participar do desenvolvimento rural, fato que aprofundará ainda mais o abismo entre as camadas sociais do campo.

⁹ Dificuldade de empregar toda mão-de-obra na unidade de produção; oportunidades de trabalho em outros setores do meio rural; sazonalidade do trabalho essencialmente agrícola etc.

Além disso, ao se padronizar o “verdadeiro agricultor” como aquele que consegue obter sua renda exclusivamente das atividades agrícolas, exclui-se qualquer possibilidade de se combinar atividades agrícolas e extra-agrícolas como forma de geração de emprego e de renda, elementos fundamentais nas atuais circunstâncias para se manter as pessoas no meio rural e elevar seus níveis de vida.

Nesse sentido, endossam-se aqui as formulações de Carneiro (1997), quando ela destaca que é necessário ampliar a noção de produtor familiar, de maneira a incorporar também aqueles segmentos que combinam as atividades agrícolas com outros tipos de atividades. Isso implica considerar a pluriatividade uma condição para manter a população no campo e também para viabilizar as unidades produtivas familiares que não conseguem, por motivos vários, responder integralmente às demandas do mercado, sustentando-se exclusivamente nas atividades agrícolas.

Por conseguinte, a tese aqui defendida procura ampliar as definições de agricultura familiar, pois se entende que os espaços do sistema de produção familiar não se circunscrevem exclusivamente aos limites específicos do setor agrícola. Para tanto, é fundamental compreender que as mudanças em curso no meio rural colocam novos elementos que impedem a generalização da definição de “agricultura familiar” como a única atividade econômica responsável pela dinamização das ocupações rurais e geradora de renda.

Hoje, já há novas formas de utilização do espaço rural que levam a uma desarticulação dos laços tradicionais da agricultura como atividade econômica soberana do mundo rural, e disso emergem novas formas diversificadas de produção que incluem desde a produção agrícola até um conjunto de atividades relacionadas aos serviços, ao lazer e à proteção ambiental. Na verdade, esse fato representa a perda do monopólio da agricultura como atividade econômica. Esse processo provoca uma enorme diferenciação de oportunidades, principalmente em relação ao mercado de trabalho e à geração de rendas dos habitantes do mundo rural.

Nesse sentido, o rural transcende as fronteiras do agrícola, impondo-se a necessidade de adotar um novo tipo de análise que contemple todas as dimensões das formas de produção. Em função disso, as análises agora precisam dar conta de um conjunto de novas atividades, normalmente associadas aos novos padrões de consumo das sociedades, os quais causam impactos diretos no mundo do trabalho rural.

Dentre as questões chave que impactam o rural, destacam-se o aumento da demanda por novos produtos (normalmente naturais e de qualidade superior) – o que leva à formação dos nichos de mercados –; a incorporação da variável ambiental na agenda de trabalho; e uma remodelação da forma de inserção das economias locais no contexto econômico regional e nacional.

Por outro lado, uma série de recursos rurais (edificações, paisagem natural etc.) incorpora-se às atividades econômicas das propriedades, gerando novas formas de ocupação da mão-de-obra e novas fontes de rendimento. É nesse sentido que o espaço rural não pode mais ser definido somente a partir de suas relações produtivas assentadas exclusivamente nas atividades agrícolas, mas ter em conta a multiplicidade de atividades econômicas que são desenvolvidas, as quais integram a produção familiar ao seio da economia local e regional.

Segundo Saraceno (1994), nesse novo cenário, as áreas rurais aumentam sua competitividade no âmbito econômico. Dentre as principais razões para que isso ocorra, salientam-se a crescente segmentação da demanda por certos produtos no mercado mundial (grupo de produtos padronizados e com demanda estável e grupo de produtos segmentados e com demanda variável); a maior cooperação entre as empresas, conduzindo à formação de redes que operam nas economias locais; as novas oportunidades geradas a partir da melhoria da rede de infra-estrutura, principalmente de transportes e de comunicações; e a atratividade das áreas rurais para determinados segmentos da população que não encontram mais oportunidade de trabalho no meio urbano.

Essas são, na visão da autora, as principais razões para que as tendências e escolhas que afetam as áreas rurais não sejam estudadas de forma isolada daquilo que está ocorrendo nas áreas não-rurais, uma vez que a realocação espacial das atividades está relacionada ao contexto econômico maior, geralmente no âmbito das economias regionais. Nesse caso, uma perspectiva analítica exclusivamente urbana não seria suficiente para explicar o que está ocorrendo nas áreas rurais¹⁰.

¹⁰ É neste sentido que alguns autores passam a adotar o conceito genérico de “neo-ruralismo”. Segundo Giuliani (1990), esse conceito expressa a idéia de que uma série de valores típicos do velho mundo rural, e que se pensava estarem em vias de extinção, passaram por um certo revigoramento e começam a ganhar para si a adesão de pessoas das cidades.

No Brasil, diversos autores vêm dando ênfase à necessidade de um redimensionamento das análises do espaço rural, visando a apreender o conjunto das transformações. Para Muller (1995), o espaço rural não mais pode ser pensado apenas como um lugar produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão-de-obra. Além de ele oferecer ar, água, turismo, lazer e bens de saúde, oferece também a possibilidade de, no espaço local-regional, combinar postos de trabalho com pequenas e médias empresas.

Já Graziano da Silva (1997), ao discutir a evolução atual da agricultura brasileira, concluiu que não se pode mais caracterizar a dinâmica do meio rural brasileiro como determinada exclusivamente pelo seu lado agrário, uma vez que o comportamento do emprego rural não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão e retração das áreas e da produção agropecuária. Há um conjunto de atividades não-agrícolas que responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro.

Por um lado, contudo, observa-se que a produção agrícola não fornece a maior parte da renda familiar. Os dados das PNADs da década de 1990 revelam que a PEA rural cresceu, enquanto a PEA agrícola diminuiu. A explicação para esse contraste está no vigoroso crescimento verificado da população economicamente ativa ocupada em atividades não-agrícolas residente no meio rural brasileiro, cujas taxas foram da ordem de 3,5% aa. Em grande parte, isso se deve às “novas funções” e às “novas atividades” que se expandem pelo mundo rural, dentre elas destacando-se as atividades de lazer (pesque-pague, hotéis-fazenda, chácaras de final de semana etc.), de turismo, de preservação ambiental, de produção artesanal, residência e de um conjunto de outras ocupações tipicamente urbanas (motoristas, mecânicos, pedreiros etc.).

Considerações finais

Quanto à polêmica sobre a persistência da produção familiar, entende-se ser necessário ampliar o horizonte analítico para além do dualismo da teoria clássica. Procedendo dessa maneira, podem-se observar melhor as novas funções que esse sistema de produção vem desempenhando nos últimos períodos, principalmente em função de que a visão histórica tradicional desse setor como promotor apenas da subsistência básica deixou de ser a mais relevante.

Nesse caso, emergem novos temas e novas relações de produção no ambiente socioespacial onde a produção familiar insere-se, com destaque para as questões da pluriatividade, da agricultura em tempo parcial e da multifuncionalidade, as quais se transformaram nos elementos fundamentais de ligação entre os dois assuntos tratados neste estudo.

Esse fato obriga a repensar o próprio conceito de agricultura familiar, como atividade exclusiva do mundo rural. Nesse espaço, surge um conjunto de novas atividades que interagem com o sistema familiar de produção, colocando a economia rural em um novo patamar nas suas relações com as economias locais e regionais.

É nesse sentido que se entende que os espaços da produção familiar vão muito além dos limites do mundo agrícola, tendo em vista que a exploração agrícola, como *locus* exclusivo das ocupações produtivas do conjunto dos membros familiares, deixou de ser hegemônica.

Essa nova dimensão da dinâmica econômica e social rural – que rompe com a associação do rural ao agrícola – é dada por uma série de fatores. Dentre eles, destacam-se a busca de novas oportunidades de trabalho e de lazer no meio rural, devido aos problemas enfrentados pelos grandes centros urbanos; a emergência de um conjunto de novas atividades até há pouco tempo sem importância como atividades econômicas (pesque-pague, turismo rural etc.); e a emergência de atividades denominadas genericamente de “fundos de quintal”, em que se processam e comercializam produtos de origem agropecuária ou finalizam-se partes de outros produtos, como é o caso das indústrias de confecções e de malharias. São precisamente essas características que fazem o “rural” ser bem mais amplo do que o “agrícola”, embora, na maioria dos casos, ainda predominem as atividades agrícolas, tanto em termos de produção como em termos de geração de renda e de emprego.

É exatamente nessa direção que se julga necessário ampliar o conceito de agricultura familiar para além da fronteira agrícola *stricto sensu*. Nesse caso, entende-se que a denominação “Produção Familiar” para designar o segmento social de produtores de caráter familiar – que já não alocam mais sua força de trabalho e definem suas estratégias de reprodução exclusivamente a partir das atividades agrícolas – é a mais correta, por estar em sintonia com as transformações do capitalismo agrário contemporâneo.

Dentre essas mudanças, destacam-se o fim da dicotomia tradicional entre as atividades de característica especificamente urbanas e rurais – o que possibilita a ocupação produtiva dos trabalhadores rurais sem que ocorram as migrações –; as novas formas de ocupação do espaço rural; o desenvolvimento de uma série de atividades de lazer e de serviços; e a implementação de uma rede de infra-estrutura básica no meio rural que possibilita a instalação de novas empresas nesse ambiente, não necessariamente vinculadas às atividades agrícolas.

Referências bibliográficas

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. XXXV CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. Brasília, 1997. *Anais...* Brasília-DF: SOBER, 1997.

FAO/INCRA. *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília: Projeto UTF/BRA/036, 1994. p.1-24.

FAO/INCRA. *Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico*. Brasília: Projeto UTF/BRA/036, 1996. p.1-24.

FRIEDLAND, W. Shaping the new political economy of advanced capitalist agriculture. In: FRIEDLAND, W. *et al. Towards a new political economy of agriculture*. Boulder: Westview Press, 1991.

FRIEDMANN, H. World market, state and family farm: social bases of household production in the era of wage labour. *Comparative Studies in Society and History*, v.20, n.4, p.545-585, 1978.

FRIEDMANN, H. Household production and the national economy: concepts for the analysis of agrarian formations. *Journal of Peasant Studies*, v.7(2), p.158-184, 1980.

GIULIANI, G. M. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. *Revista de Ciências Sociais*, n.14, p.33-53, 1990.

GOODMAN, D. e REDCLIFT, M. Capitalism, petty commodity production and the farm enterprise. *Sociologia Ruralis*, v.XXV, n.3/4, 1985.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

- GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. *Revista Nova Economia*, v.7, n.1, p.43-81, 1997.
- LAMARCHE, H. Introdução geral. In: LAMARCHE, H. (Coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.
- MANN, S. A. e DICKINSON, [inicial]. Obstacles to the development of a capitalist agriculture. *Journal of Peasant Studies*, n.5, p.467-481, 1978.
- MANN, S. A. *Agrarian capitalism in theory and practice*. Chajul Hill & London, The University of North Caroline Press, 1990.
- MATTEI, L. *Phuriatividade e o desenvolvimento rural no Estado de Santa Catarina*. 1999. Tese (Doutorado). Universidade de Campinas/IE. Campinas, São Paulo.
- MATTEI, L. *Novas dimensões sócio-econômicas do espaço rural brasileiro*. Florianópolis (SC): UFSC/CSE/Economia, 2000 (Texto para Discussão n° 4).
- MÜLLER, G. Brasil agrário: heranças e tendências. *Brasil em Artigos*. São Paulo, Fundação SEADE, p.223-247, 1995.
- SARACENO, E. The modern functions of small farm system: an Italian experience. *Sociologia Ruralis*, v.34, n.4, p.308-328, 1994.
- WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambu (MG), 1996. *Anais...* 1996.

(Recebido em março de 2003 e aceito para
publicação em outubro de 2004)